



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

REQUERIMENTO AO GOVERNO REGIONAL

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

Nos últimos dias vários meios de comunicação social de âmbito regional e nacional apresentaram reportagens e fizeram referência, com pormenor, à situação a que estão sujeitos trabalhadores brasileiros na ilha do Faial.

Expressões como "Escravatura disfarçada na ilha do Faial" ou "trabalhadores brasileiros transformados em escravos", puderam ler-se e ouvir-se, acompanhadas de largos pormenores, deixando uma situação que não é, nem à luz do direito, nem à luz da moral, aceitável.

Outros dados recolhidos localmente confirmam várias das questões levantadas nas reportagens referidas.

O facto da reconstrução estar em curso no Faial cria, obviamente, grandes necessidades, directas e indirectas, de mão de obra. Tal facto, entretanto, não pode motivar, de nenhuma forma, que haja qualquer contemplação para com indivíduos ou organizações que à margem das leis, levam a exploração dos seus semelhantes a níveis aparentemente impensáveis na nossa terra e no nosso País.

O aliciamento de jovens desempregados (brasileiros ou outros), com promessas generosas é hoje, infelizmente, relativamente simples. A passagem dessa situação a uma situação de total dependência económica e ilegal do trabalhador recrutado em relação ao "contratante", significa a passagem do mercado de trabalho para um verdadeiro mundo de escravatura moderna, situação que não podemos consentir que perdure.

O volume de obras em curso e projectadas no Faial é de molde a absorver uma elevada quantidade de mão de obra, mas tal situação tem que se desenvolver

com inteiro respeito, quer pela dignidade humana, quer pelos quadros legais que nos regem.

Tendo em conta tudo o quanto foi exposto, o Grupo Parlamentar do PCP requer, ao Governo Regional, ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais aplicáveis, resposta urgente para as questões seguintes:

1º - Está o Governo Regional, através dos serviços competentes, a par da existência na Ilha do Faial, da situação de importação de mão de obra, como a descrita publicamente? Em caso afirmativo, que medidas foram tomadas para pôr termo a todos os actos ilegais que enquadram tais situações?

- Foram detectados nos últimos meses, nas ilhas do Faial e Pico situações de prestação de trabalho por emigrantes em situação ilegal? Em caso afirmativo, quantos foram os casos e que medidas foram tomadas?

3º - Face à situação descrita pelos meios de comunicação social e neste Requerimento, que pensa o Governo Regional globalmente fazer para ultrapassar esta grave e inaceitável situação?

Com respeitosos cumprimentos.

Açores, 27 de Novembro de 2000.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP,

José Decq Mota